

UNIDADE DIDÁTICA XIX – O CONTINENTE ASIÁTICO

1. JAPÃO: A POTÊNCIA ECONÔMICA E AS LIMITAÇÕES POLÍTICAS E MILITARES

Nação devastada na Segunda Guerra Mundial, o Japão empreendeu esforços coletivos a fim de buscar a recuperação e reconstrução japonesa o mais rápido possível, e um de seus maiores parceiros foram os Estados Unidos da América.

A estreita relação desenvolvida com os EUA configurou-se decisiva para a conquista da posição ocupada pelo Japão na região. Os EUA atuaram na região de diferentes formas, principalmente direcionando investimentos na economia, de acordo com seus interesses políticos em determinado momento, buscando tornar o continente asiático sua área de influência.

Aliar-se ao Japão era questão primordial para política norte-americana, na segunda metade do século XX, visto a proximidade da China e o comunismo. O investimento na economia japonesa, principalmente na indústria e na reforma agrária foi maciço, fator que refletiu em aumento de produtividade. A partir de então, diversos fatores vieram a facilitar a recuperação econômica do Japão no cenário pós-Segunda Guerra Mundial.

Com a Guerra da Coreia¹, o Japão torna-se base militar dos EUA, gerando grande movimentação financeira na região. Os benefícios econômicos advindos da referida Guerra, associados à crescente indústria que contava com força produtiva barata, fizeram crescer o poder de competitividade dos produtos japoneses, as exportações aumentaram em grande escala, e como resultado dessa combinação de fatores, o crescimento japonês foi disparado uma dos maiores do período, sucedendo seu investidor e aliado, os EUA.

Já na década de 60, o capitalismo vivia seu momento de consolidação no país. A receita, que associou o capitalismo ocidental com a disciplina do oriente arraigada à sociedade japonesa, foi de sucesso. A essa transformação do Japão em potência econômica, Arruda² (2008:632) dá o nome de “Milagre Econômico”. E foi a sociedade japonesa, com a alta eficiência e produtividade de sua mão-de-obra –

¹ Ver Guerra Fria.

² ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

diferenciada principalmente na área eletrônica de alta tecnologia, que tornou a economia japonesa tão competitiva,

Produtos industrializados e desenvolvidos por outros países, como EUA e Inglaterra, rapidamente foram assimilados, produzidos e popularizados no Japão, que disputava diretamente com os EUA nos setores da produção industrial, do mercado consumidor e das exportações.

Como aspecto restritivo ao seu pleno desenvolvimento, o Japão sempre enfrentou dificuldades na obtenção de recursos naturais e, conseqüentemente, a necessidade de sua importação limitava o País.

No que tange ao poder político e militar, o Japão não conquistou a mesma influencia internacional, como a obtida no campo econômico. Derrotado na Segunda Guerra Mundial, ficou limitado nesses campos por conta da Constituição Pacifista, redigida pelas nações Aliadas que ocuparam seu território no pós-guerra. Em seu artigo 9º, consta o impedimento japonês em declarar guerra, ou dela participar. O documento, que data de 1947, não sofreu qualquer alteração até os dias atuais e sequer há unanimidade no País quanto à necessidade de revisão da Constituição.

Como consequência, o Japão, que não possui forças armadas, mas somente forças de defesa, tem deixado de exercer plenamente influência política na Ásia, ficando dependente de aliados como os EUA. Um exemplo marcante disso é sua pequena capacidade de influenciar nas crises regionais asiáticas, em particular a dos mísseis da Coreia do Norte e da China com Formosa.

2. A CHINA: INTERESSES ESTRATÉGICOS

Após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)³, Formosa ou Taiwan foi cedida ao Japão, como pagamento pela derrota chinesa, sendo retomada somente após a Segunda Guerra Mundial. Chang Kai-chek, ditador derrotado por Mao Tse-tung na guerra civil que se sucedeu à expulsão japonesa, lá se refugiou em 1949, transferindo o governo de partido único (Partido Nacionalista do Povo: *Kuomintang*; com projeto de unificação nacional sob uma liderança caudilhesca, baseada numa organização autoritária sem participação popular, similar ao movimento dos "jovens

³ Ver Guerra Sino-Japonesa (1894-1895).

turcos" de Kemal Atatürk, que ocidentalizou o antigo império otomano nos anos 20) e fundando a República da China Nacionalista. Parcela da população anticomunista também migrou para a ilha, incluindo aí a elite econômica chinesa, fazendo surgir em Taiwan uma base industrial competitiva, que pôde contar com apoio financeiro norte-americano.

Um ponto de inflexão nas relações da China com Taiwan foi a aprovação, em outubro de 1971, com o apoio de muitos países em desenvolvimento, durante a 26ª Assembleia Geral da ONU, da decisão que reconheceu os direitos legais da República Popular da China nas Nações Unidas e, ainda, da expulsão dos representantes do Kuomintang dos órgãos da ONU.

A abertura política e o pluripartidarismo na ilha vieram com a morte do filho de Kai-chek e de seu sucessor, Chiang Ching-kuo, no ano de 1988. Nas primeiras eleições com ampla participação popular, o partido da situação permaneceu no poder, sendo eleito pela grande maioria dos eleitores. A aprovação da política capitalista praticada pelo governo foi atribuída às altas taxas de crescimento econômico nos anos 80, similar às apresentadas pelos demais Tigres Asiáticos⁴.

Nas eleições do ano 2000, em Taiwan, ascendeu ao poder o Partido Democrático Progressista, de Chen Shui-bian, cujo discurso era nacionalista e de independência, sofrendo forte pressão e ameaça de retaliação militar por parte a RPC. Após a vitória, o governo adotou um discurso moderado em relação à China.

A China tem buscado cercar-se de Formosa, propondo aplicar a mesma forma de administração desenvolvida em Hong Kong, desde que a ilha abra mão de sua soberania. Formosa tem recusado, sempre contando com a proteção dos EUA e Japão, mantendo a relação Taiwan – China estagnada. O fato é que restabelecer a soberania sobre Taiwan é um objetivo nacional permanente da China, assim como o foi com Hong Kong e Macau.

Para o Japão, a questão de Taiwan é também fundamental, a ponto de definir como prioridade em sua política externa a defesa daquele país. Para o Japão é essencial tornar claro a Pequim ser intolerável um projeto de hegemonia chinesa na Ásia, uma hegemonia que passa pela retomada de Taiwan, seguido de uma política de cerco ao arquipélago nipônico. Hegemonia iniciada pela neutralização de Taiwan, não forçosamente por uma ação militar direta, mas pela criação de condições que

4

Hong Kong, Cingapura e Coreia do Sul.

possibilitem o controle das vias de acesso e do espaço aeronaval em torno da ilha, o que alterará todo o equilíbrio regional.

Taiwan continuará sendo um grande ator com potencial para desestabilizar as relações entre China – EUA (e China – Japão): os chineses não aceitando qualquer flexibilização sobre seus direitos sobre a ilha e os EUA equilibrando-se, buscando atender aos seus interesses na região, ao seu compromisso com Taiwan (e Japão), e sendo interlocutor privilegiado entre os dois governos, evitando desgastar-se com qualquer um deles.

As relações China – EUA são conflituosas desde a criação, no ano de 1949, da República Popular da China (RPC), a qual os EUA não reconheceram. Os conflitos decorrem pelo apoio chinês ao movimento comunista internacional, principalmente no Sudeste asiático, e pelo apoio norte-americano aos liberalistas/capitalistas que migraram para Taiwan. As relações diplomáticas entre os EUA e a RPC foram retomadas em janeiro de 1979, quando o então presidente norte-americano Jimmy Carter reconheceu a República Popular da China (após a morte de Mao Tse-tung, em 1978).

Essas relações têm sofrido grandes mudanças nos últimos tempos. Se no passado a preocupação dos EUA era frear a expansão do comunismo, agora tem sido harmonizar a garantia da soberania de Taiwan (pelo menos pelo maior tempo possível) e a expansão da influência chinesa na Ásia e em outras áreas (África), com os seus interesses comerciais. Isso por ser a China um dos maiores investidores no mercado norte-americano, pela grande presença de empresas dos EUA na China e, ainda, pelo papel da “nova China” na estabilidade das relações internacionais. A China, por sua vez, sabe que depende do bom relacionamento com os EUA para garantir continuidade ao seu crescimento econômico, pois necessita de acesso ao maior mercado consumidor do mundo e dos recursos energéticos controlados por empresas norte-americanas. Poderá, assim, continuar a firmar-se como potência mundial.

Os conflitos que envolvem os EUA e a China cobrem um espectro muito amplo de questões. Desde o relacionamento com o Japão, passando por Taiwan, e chegando a uma questão fundamental do poder mundial: os EUA aceitam a hegemonia “limitada” da China na Ásia Sudeste – como potência regional, mas não abdicam de exercer sua influência como potência hegemônica. Ainda, contestam que essa hegemonia chinesa se estenda para outras regiões (África, América, Ásia

Central, Oceania). Do seu lado, a China reage à interferência norte-americana na Ásia, por considerá-la a sua área de influência exclusiva. E ainda não abre mão de expandir essa influência para outras regiões, entrando em choque com a potência hegemônica. Concluindo, temos aqui dois níveis de conflito: um na esfera regional e outro na esfera global.

A África é muito importante para a China. Em 2007, o país criou uma Zona de Economia Especial que engloba o continente. Seu modelo de crescimento está sendo implantado em vários bolsões pelo continente. Com o dinheiro chinês (menos seletivo em suas exigências, como o respeito aos direitos humanos por parte de quem o recebe), a África pode fugir dos empréstimos do FMI e evitar a influência do velho sistema internacional. Tem crescido os investimentos maciços em estradas de ferro, indústrias e obras de infraestrutura. Como retorno, a China tem acesso ao petróleo africano, a produtos primários de baixo curso e aumenta sua influência política no continente. Essa forma de imperialismo, em contrapartida, não faz seleção ao tipo de governo apoiado, não importando à China as políticas internas adotadas por aqueles países, muitas vezes usando os recursos financiados contra sua própria população.

Na esfera mundial, por enquanto, a China está empenhada em ser conciliadora. Diferentemente da postura da Rússia, a China se desvencilha de conflitos com os EUA. Por exemplo, quando o Conselho de Segurança da ONU estava empenhado na questão de ir ou não à guerra contra o Iraque, os chineses se calaram, permitindo aos russos e franceses que vocalizassem a oposição. Na questão dos direitos humanos, a China permitiu que os países muçulmanos se levantassem contra regras mais rígidas, conseguindo o resultado que queria sem se expor ao desgaste. O resultado desta política é o seguinte: em 1995, os EUA venceram 50,6% das votações na Assembleia Geral da ONU, contra 43% da China; em 2006, os EUA venceram apenas 23,5% delas, contra 82% dos chineses. A política do presidente George W. Bush não ajudou, evidentemente. Mas talvez aí possamos identificar a adoção da estratégia típica dos chineses: a indireta.

Quanto às questões de Hong Kong e de Macau, a China, após conversações diplomáticas com o Reino Unido e Portugal, recuperou a soberania sobre essas regiões, respectivamente no dia 1º de julho de 1997 e no dia 20 de dezembro de 1999. Ambas as regiões, chamadas de **Regiões Administrativas Especiais**, possuem economia liberal e são centros internacionais de finanças e comércio. São

administradas sob a política "um país, dois sistemas". Têm o direito constitucional para possuir um alto grau de autonomia: possuem sistema legal, moeda, alfândega, direito de negociação de tratados (como tráfego aéreo) e leis de imigração próprias. Apenas a defesa nacional e as relações diplomáticas são responsabilidades do governo central de Pequim.

3. A ÍNDIA: DA INDEPENDÊNCIA À POTÊNCIA REGIONAL

A Índia mantém relações cordiais com a maioria dos países do mundo, desde a sua independência, em 1947. Durante a Guerra Fria, foi um dos membros fundadores do Movimento dos Países Não-Alinhados (países que evitaram vinculação direta aos EUA ou URSS naquele conflito, buscando uma terceira via).

Apesar da promoção da paz ser um dos pontos defendidos pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, a Índia envolveu-se em diversos conflitos com seus vizinhos, especialmente a China e o Paquistão, gerando grandes tensões na região.

Em 1962, China e Índia entraram em guerra por questões de fronteiras na região do Himalaia. Os chineses impuseram uma dura derrota aos indianos, que estavam despreparados para os combates nas grandes altitudes da região. A disputa foi negociada em 1993 e 1996, após décadas de tensão.

Os conflitos com o Paquistão datam da independência da Índia, quando o domínio colonial britânico foi dividido em Paquistão e Índia, estados criados para abrigar populações islâmicas e hindus, respectivamente. No ano da divisão, 1947, estourou o primeiro conflito entre as duas nações, com a luta pelo controle da Caxemira. O conflito se encerrou com um cessar-fogo em 1948, mediado pela ONU, que enviou uma missão de observadores para a área, ainda em atividade nos dias atuais.

A segunda guerra entre os dois países se deu em 1965, quando uma frustrada tentativa paquistanesa de infiltração na Caxemira foi detectada pelos indianos, gerando novo conflito armado e terminando em outro impasse. Novamente a ONU mediou o conflito.

A terceira guerra eclodiu em 1971, dessa vez não sendo a Caxemira envolvida. Uma crise envolvendo o Paquistão Oriental fez com que 10 milhões de bengaleses se refugassem na Índia, após massacres empreendidos pelo exército

paquistanês contra aquela população. Após os bengaleses declararem que lutavam por sua independência, a Índia os apoiou. O Paquistão foi derrotado e seu território oriental obteve a independência, tornando-se Bangladesh.

Em 1999, novo conflito envolveu a Índia e o Paquistão, pela posse da Caxemira indiana. O fato novo dessa guerra era a posse, por ambos os contendores, de armamento nuclear, o que gerou grande temor na comunidade internacional.

A partir do final do século XX, a Índia tem sido considerada uma potência emergente, com crescente influência nos assuntos regionais e internacionais. Após 1991, registrou forte crescimento econômico, quando seu governo abandonou políticas socialistas e deu início a um processo de liberalização da economia, envolvendo o incentivo ao investimento estrangeiro, a redução de barreiras tarifárias à importação, a modernização do setor financeiro e o ajuste nas políticas fiscal e monetária. Como resultado, colheu uma inflação mais baixa, um crescimento econômico mais elevado (média de 5% a.a.) e uma redução do déficit comercial.

Reconhecida como potência regional, a Índia tem marcado presença em diversos fóruns e organismos internacionais, como a Associação para Cooperação no Sul da Ásia (SAARC) e grupos onde é protagonista, como os dois G-20 (“maiores economias” e “agricultura”) e o IBAS (a iniciativa que reúne Brasil, Índia e África do Sul), sempre buscando fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento. Tal movimentação na política externa e a força de sua economia fizeram com a Índia fosse identificada, juntamente com Brasil, Rússia e China, como uma das principais nações em desenvolvimento, reconhecendo-as como atores importantes na ordem mundial do século XXI.

4. A ÁSIA CENTRAL PÓS-SOVIÉTICA

A Ásia Central, situada a Leste do mar Cáspio, compreende o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão. Existe uma história comum entre estas repúblicas, pois todas pertenceram à URSS e são muito interdependentes, devido ao modo como partilham os recursos naturais na região. O Quirguistão e o Tadjiquistão tutelam os recursos hídricos, enquanto a Geórgia, o Cazaquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão possuem gás natural e petróleo.

Entre os países da Ásia Central, após a independência da antiga URSS, surgiu a necessidade de consolidação do Estado recém-constituído e de adaptação à economia internacional. Ao mesmo tempo, os regimes autoritários que detêm o poder nestes novos Estados esforçam-se por se tornarem autônomos e mais independentes, de maneira a reforçarem a sua identidade e deixarem de depender dos vizinhos. Essa estratégia passa, sem sombra de dúvida, pela diversificação das relações com as grandes potências (EUA, Rússia e China).



Fonte: www.maps.ethz.ch

Mapa 1: ÁSIA CENTRAL

A dificuldade que todos sentiram inicialmente estava na dependência ao sistema soviético e na instabilidade regional provocada pela presença de grupos radicais nacionalistas e terroristas. Esses conflitos, classificados na Ásia Central como de cunho étnicos ou religiosos, na maioria das vezes são originados por motivos de apropriação do poder econômico e político.

O interesse de grupos nacionais e internacionais na Ásia Central gira entorno principalmente das extensas reservas de petróleo e gás natural, que propiciam

cenários de produção e de exportação para o mercado europeu e asiático. Além desse aspecto, existe o interesse estratégico graças à proximidade desta região com os territórios do Afeganistão, do Irã, da Rússia e da China. É ainda, a região que viabiliza a ligação terrestre entre a Europa e a Ásia (chamada de “A Rota da Seda” de Marco Pólo). EUA, China e Rússia envidam esforços para maximizar suas influências sobre a região, tendo em vista seu grande valor estratégico.

Com a desintegração da União Soviética no início de 1990, os países da Ásia Central passaram a integrar a Comunidade de Estados Independentes (CEI), liderada pela Rússia, que continuou a manter um relativo controle sobre a economia e a segurança desses Estados.

A CEI é uma organização supranacional fundada em oito de dezembro de 1991, envolvendo repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética (inicialmente integrada por Bielorrússia, Ucrânia, Rússia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldávia, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Geórgia). Este novo acordo de união política teve como principal impulsionador o presidente russo Boris Ieltsin e marcou a dissolução da União Soviética. Cada estado-membro mantém a sua independência; as outras repúblicas da antiga União Soviética são bem-vindas como novos membros da Comunidade; qualquer república é livre de abandonar a CEI após ter anunciado essa intenção com um ano de antecedência; os membros devem trabalhar em conjunto para o estabelecimento de economias de mercado; o antigo rublo soviético é a moeda comum dos estados-membros; a Comunidade fica sediada em Minsk, Alma-Ata e São Petersburgo.

Lituânia, Estônia e Letônia nunca fizeram parte do grupo. Desde 2005, o Turcomenistão não é mais membro permanente da entidade, atuando apenas como membro associado. A Geórgia se desligou do Grupo em 2009, devido ao apoio russo às causas de independência da Abecásia e da Ossétia do Sul.

A CEI funciona como a Francofonia e a *Commonwealth*, porém não é caracterizada por uma língua oficial, e sim pelo passado soviético. Não há horizonte de União Monetária, só existindo entre Rússia e Bielorrússia.

A Rússia, buscando estender sua influência econômica na região, tornou-se grande financiadora de suas ex-repúblicas, por intermédio da Comunidade Econômica Eurasiática (CEEa ou EURASEC). A EURASEC é uma organização regional criada em 2000 para abolir as fronteiras aduaneiras entre os Estados-membros (Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tajiquistão), além de

elaborar a política econômica, tarifária, de preços únicos e outros componentes de funcionamento do mercado comum. Quando comparada ao Fundo Monetário Internacional, por exemplo, a CEE tem muito mais flexibilidade por impor melhores condições aos seus financiamentos, o que garante grande fidelidade dos países do grupo à política russa. Assim, a Federação Russa tem conseguido fazer prevalecer seus interesses na Ásia Central, em detrimento dos demais países ocidentais.

Mas não é só no campo econômico que a Rússia tem buscado aumentar sua presença na área. Depois de um declínio na influência militar, bases militares russas foram instaladas no Quirguistão, no Tajiquistão e no Uzbequistão. Foi, ainda, assinado um tratado de defesa bilateral com o Cazaquistão. Os russos estão voltando à Ásia Central para garantir a estabilidade e os seus novos investimentos na infraestrutura e no setor de energia.

Após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 à Nova Iorque, os EUA, usando como argumento a necessidade de desmobilização do terrorismo e o combate ao Talibã no Afeganistão, estabeleceram bases militares no Afeganistão, no Cazaquistão, no Quirguistão, no Tajiquistão e no Uzbequistão. Essas bases não têm apenas significado militar para a arquitetura de segurança da Ásia Central, mas também significam o controle de uma região estratégica entre o sul da Ásia, a Rússia e a China.

Além disso, os EUA têm buscado firmar parcerias na região, a fim de garantir espaços para o fluxo comercial, evitando o transporte de produtos em território russo. Atualmente, o Afeganistão, que somente não tem fronteira com o Cazaquistão, é a principal entrada norte-americana na Ásia Central. Para a China e a Rússia, essa presença dos EUA complementa a estratégia norte-americana do estabelecimento de um “cinturão de contenção”.

Em 2001, com o intuito de contrabalançar a presença norte-americana na região e principalmente conter o terrorismo e o separatismo, foi fundada a Organização de Cooperação de Shanghai⁵ (OCS ou SCO) pela China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Esses países também temem que a presença dos EUA na região comprometa os esforços empreendidos pelos governos para concessão da exploração e construção de oleodutos.

⁵ Sua finalidade principal é a cooperação para a segurança (em especial, quanto a terrorismo, separatismo e extremismo), embora também trate de temas de cooperação nas esferas política, econômica, comercial, técnico-científica, cultural e educacional.

Recentemente a SCO está se tornando um bloco energético-financeiro na Ásia Central, sendo um contraponto à hegemonia norte-americana. Seu potencial deverá ser ampliado, em função da intenção de seus integrantes em promover uma aproximação com Índia, Irã, Mongólia e Paquistão.

Na SCO, ao aproximar-se do Irã, a China está demarcando suas prioridades na Ásia Central e em todo o mundo. Pequim compra grandes quantidades de petróleo de seus vizinhos, apesar das críticas em todo o mundo ao desempenho da região em matéria de direitos humanos. A China fechou em 2005 um importante acordo petroleiro com o Uzbequistão apenas algumas semanas depois de uma sangrenta repressão de protestos de oposição nesse país da Ásia Central.

Em contraste com as intenções "democratizadoras" dos Estados Unidos na Ásia Central, a OCS já deixou claro que não se envolverá em assuntos de segurança internos às fronteiras de cada um de seus membros. Ao promover um modelo próprio de desenvolvimento asiático e diferente do norte-americano, a China se converte em um líder cada vez mais atraente para outros países centro-asiáticos, que não têm intenção de mudar suas políticas internas, principalmente no que diz respeito à política e aos direitos humanos.

5. FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO E CRISE NA ÁSIA CENTRAL

Fundamentalismo religioso é um movimento que prega o retorno aos princípios fundamentais da fundação de uma determinada religião. Refere-se a qualquer enclave religioso que intencionalmente resista à identificação com o grupo religioso majoritário do qual diverge, imputando a essa maioria críticas pelo desvio e corrupção pela adoção de princípios alternativos hostis ou contraditórios à identidade original. O fundamentalismo religioso se revela como fonte de intolerância, na qual o outro é analisado sob a ótica de ameaça, símbolo do mal, que pode fragilizar a verdade que o fundamentalista considera em seu discurso. Com suas críticas, os fundamentalistas objetivam atrair e converter os religiosos da comunidade maior, tentando convencê-los de que eles não estão experimentando a versão autêntica da religião professada.

Ser fundamentalista não implica, necessariamente, em ter atitudes extremas. Quem o faz é denominado extremista e não fundamentalista.

5.1. AFEGANISTÃO

Séculos de história tampouco explicam por que o Afeganistão se tornaria anfitrião dos extremistas islâmicos do mundo inteiro. Essa resposta jaz em acontecimentos mais recentes: nos esforços realizados pelos Estados Unidos durante os anos de 1980 para fomentar a rebelião contra a União Soviética. Quando a CIA canalizou armas para os afegãos (...) deu preferência aos partidos islâmicos radicais - que mais facilmente poderiam ser convertidos em uma máquina do Jihad anti-soviéticos (...). Rashid (2003:160,161)

O Afeganistão, apesar de não fazer parte da Ásia Central, por sua proximidade e devido à presença belicista do fundamentalismo islâmico (Talibã⁶) em seu território, tem se tornado o ator mais desestabilizador da Ásia Central. O movimento talibã teve início no século XX e tornou-se extremista e armado por ocasião da Guerra Fria, durante a invasão soviética ao Afeganistão (1979-1989). A fim de frear o avanço soviético na Ásia, os EUA forneceram ajuda militar e armamentos para os povos locais, viabilizando a derrota soviética. Posteriormente ao conflito, o Talibã tornou-se o grupo hegemônico no Afeganistão, vindo a impor seu fundamentalismo à população, praticando violações de direitos humanos e promovendo a expansão fundamentalista por métodos extremistas para outros países. É o movimento que mais patrocina o terrorismo internacional no mundo.

No final de 2001, após os atentados nos EUA (em que foi comprovado o apoio do Talibã), o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou a criação de uma Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF), composta por tropas da OTAN, para derrubar o governo Talibã (o que ocorreu no mesmo ano), estabelecer a ordem e para reconstruir a infraestrutura do país.

O pós-Talibã, apesar da explosão de liberdade, tem sido um período de incertezas. A Aliança do Norte, integrada por etnias minoritárias e muitas tribos xiitas para derrubar o regime extremista, não poderia governar o país, pois não seria aceita pelas tribos patanes, a etnia mais numerosa do país e da maioria dos talibãs.

Os norte-americanos tinham esperança de que o rei exilado Zahir Shah pudesse voltar e liderar a nova administração. Mas isso não foi viável, pois em cada

⁶

Talibã: é um movimento islamita sunita extremista nacionalista da etnia afegã patane ou pashtu, que efetivamente governou o Afeganistão entre 1996 e 2001, apesar de seu governo ter tido o reconhecimento de apenas três países: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Paquistão. O objetivo dos líderes do Movimento Islâmico Talibã era estabelecer um regime de governo baseado na lei islâmica, na Charia (que significa, literalmente, "o caminho do bebedouro", ou seja, "o caminho que conduz a Deus"), que determina que os fiéis se entreguem com total submissão à vontade de Alá.

região onde o Talibã era derrotado, a luta pelo poder entre as tribos locais não permitia a estabilidade. Em 2002, com os Talibãs fora do poder, Zahir voltou ao país para participar da reunião tribal sobre o futuro do Afeganistão, onde lhe foi atribuído o título de pai da nação afegã. O ex-rei apoiou o presidente interino do país, Hamid Karzai.

Karzai, um líder da etnia patane, moderado, foi escolhido, em dezembro de 2001, para presidir o período de transição no país. Tornou-se presidente interino até ser confirmado no cargo nas eleições de 2004. Karzai lutou para estabilizar o país, contando com o apoio dos Estados Unidos, seu maior aliado. A pacificação do Afeganistão é tarefa que passa pelo desmantelamento do poder do Talibã e da Al Qaeda⁷, que se refugiou no país.

Em 2005, o país assinou com os EUA um acordo de parceria estratégica que previa uma relação de longo prazo entre as duas partes. Milhões de dólares foram recebidos da comunidade internacional para investimentos na reconstrução do país. O episódio, porém, não representou o fim dos conflitos no país. Dificultam a estabilidade do Afeganistão as constantes denúncias de inépcia, de corrupção e de violação dos direitos humanos, contra o governo recém instaurado.

A participação norte-americana no conflito contra o Talibã tem sido discutida internamente nos EUA, por conta da alegada necessidade de aumento dos efetivos militares, pelo crescente número de baixas americanas, pela perda de apoio por parte de outros aliados na OTAN e, principalmente, pelo trauma da população norte-americana decorrente da participação do país no conflito do Vietnã.

5.2. PAQUISTÃO

Grande parte dos integrantes paquistaneses do Talibã pertence à etnia pashtun ou patane, originária da região noroeste do país, na fronteira com o Afeganistão. A mesma etnia dos talibãs afegãos. Após a ofensiva internacional, lançada em território afegão (2001), houve uma fuga em massa de soldados talibãs para o território paquistanês, misturados à massa afegã. Em novembro de 2007, cerca de dois milhões de refugiados afegãos foram registrados no Paquistão. Com a ofensiva

⁷

Al Qaeda ou Al Qaida: é uma organização fundamentalista islâmica extremista internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visam, supostamente, reduzir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos.

contra os talibãs no Afeganistão, o Paquistão estava tendo seu território usado para o apoio aos rebeldes talibãs daquele país.

O Paquistão, a partir de abril de 2009, iniciou uma grande ofensiva contra os militantes do grupo extremista islâmico Talibã, instalado em algumas regiões do país, principalmente no vale do Swat, próximo ao Afeganistão. Ao começarem as operações militares, os Talibãs estavam instalados em áreas a apenas 100 km da capital paquistanesa, Islamabad.

Os comandantes do grupo Talibã, no Paquistão, são veteranos da luta no Afeganistão, em sua maioria. Eles exploram, para recrutar militantes, a pobreza, a frustração quanto ao governo, a exploração pelos proprietários de terras e o ódio fundamentalista contra os EUA.

5.3. IRÃ

O Irã é visto como a nação mais fortemente influenciada pela expansão islâmica, que marcou o período medieval. Os valores religiosos islâmicos possuem um alto grau de penetração na sociedade, que se manifesta em todas as esferas do cotidiano do povo. É o país que concentra a maior população muçulmana xiita do mundo.

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido e a União Soviética invadiram o Irã, para assegurar o controle sobre os ricos recursos petrolíferos iranianos. Os Aliados forçaram o Xá a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi, com a intenção de manter um governo mais favorável aos interesses ocidentais. Em 1953, após a nacionalização da Anglo-American Oil Company, um conflito entre o Xá e o primeiro-ministro Mohammed Mossadegh levou à deposição e prisão deste último. O reinado do Xá tornou-se progressivamente ditatorial, especialmente no final dos anos 1970. Com apoio americano e britânico, Reza Pahlavi continuou a modernizar o país, mas insistia em esmagar a oposição do clero xiita e dos defensores da democracia.

Em 1979, a chegada do Aiatolá Khomeini, após 14 anos no exílio, dá início à Revolução Iraniana – apoiada na sua fase inicial pela maioria da população e por diferentes facções ideológicas – provocando a fuga do Xá e a instalação do Aiatolá Ruhollah Khomeini como chefe máximo do país. Estabeleceu-se uma república islâmica, com leis conservadoras inspiradas no Islamismo e com o controle político

nas mãos do clero. Os governos iranianos pós-revolucionários criticaram o Ocidente e os Estados Unidos em particular pelo apoio dado ao Xá; as relações com os EUA foram fortemente abaladas em 1979, quando estudantes iranianos tomaram funcionários da Embaixada americana como reféns. Posteriormente, houve tentativas de exportar a revolução islâmica e apoio a grupos militantes anti-Ocidente como o Hezbollah do Líbano. A partir de 1980, o Irã e o Iraque enfrentaram-se numa guerra destruidora que durou oito anos.

Reformistas e conservadores continuam a enfrentar-se no Irã, mas desta vez através da política. No ano de 2005, por conta das frustrações vivenciadas no governo reformista, uma grande evasão de eleitores permitiu que o líder ultraconservador Mahmoud Ahmadinejad vencesse o processo eleitoral. Em seu primeiro mandato, foi observado o acirramento das tensões políticas para com os Estados Unidos, pela intenção manifestada de desenvolvimento de um programa nuclear próprio, e por várias declarações polêmicas, contra os regimes ocidentais e o governo de Israel. As tensões levaram os EUA a declararem o Irã, juntamente com o Iraque e a Coreia do Norte, integrante do Eixo do Mal⁸.

Em 2009, o país foi palco de uma disputa acirrada entre Mahmoud Ahmadinejad e Mir Hossein Mousavi, que defendia uma política mais liberal. Apesar das pesquisas sugerirem uma acirrada disputa, o processo eletivo acabou apontando uma vitória esmagadora de Ahmadinejad, detentor de mais de 60 % dos votos contabilizados. Com isso, vários protestos e denúncias indicaram fraude no processo eleitoral iraniano, que acabou sendo ratificado pelo aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do país.

A Revolução Islâmica no Irã trouxe profundas mudanças políticas no Oriente Médio, que continuam ecoando pela região: ruptura com o Ocidente, hostilidade com os vizinhos árabes, alteração no balanço de forças em uma região dominada por sunitas. Mesmo após décadas, os países árabes e asiáticos continuam receosos de que a Revolução Islâmica ainda possa inspirar movimentos islâmicos que coloquem em risco seus próprios regimes. Entre os regimes árabes, há divisões sobre como lidar com os iranianos. Temos dois blocos, um liderado pelo Catar e Síria, com boas relações com o Irã, e outro encabeçado pelo Egito, Jordânia e Arábia Saudita,

⁸ Eixo do mal foi uma designação utilizada pelo presidente dos EUA, George W. Bush, no seu Discurso do Estado da União de 29 de Janeiro de 2002, para se referir a países contrários aos EUA que ele dizia terem programas de armas de destruição em massa. O mandato de Bush demarcou-se por ter utilizado este conceito para justificar a sua Guerra ao Terrorismo.

alinhados com o Ocidente e hostis aos iranianos. O fato é que os movimentos extremistas no Oriente Médio, na Ásia Central e no Golfo Pérsico têm se inspirado nos métodos extremistas da Revolução Islâmica Iraniana, como é o caso do xiita Hezbollah no Líbano, da resistência xiita no Iraque e da insurgência sunita talibã no Afeganistão e Paquistão.

O programa nuclear iraniano vem sendo outro ponto de disputas entre o país e o Ocidente. Com sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU, o Irã desafia a comunidade internacional com a continuidade de seu programa atômico. Os EUA e aliados acusam o Irã de desenvolver energia nuclear para fins militares, mas o governo iraniano nega e diz que seu programa tem fins pacíficos.

6. A DISPUTA PELA HEGEMONIA NA ÁSIA CENTRAL: RÚSSIA, EUA E CHINA

A Ásia Central, atualmente, constitui-se terreno de disputas internacionais, envolvendo principalmente a Rússia, EUA e China, que buscam preservar seus interesses na região por sua importância geopolítica⁹.

No cenário da Guerra Fria, a influência russa na região era inquestionável. Todos os oleodutos da região passavam por terras soviéticas. Na nova ordem mundial, tanto os EUA, como a Rússia e a China têm exercido influência junto aos países da região, ora por meio de organizações multilaterais (já abordadas nessa UD), ora por meio de relações bilaterais. Segundo Genté¹⁰, as relações geopolíticas que envolvem a Ásia Central são as chamadas do “Grande Jogo”, onde todas as estratégias são válidas e utilizáveis, com a finalidade de legalizar e justificar as atuações dos países interessados na região.

Consórcios e parcerias com empresas estrangeiras, principalmente ocidentais e chinesas, foram formados para a exploração dos recursos da região. Os EUA, por exemplo, construíram, a partir de 2003, o oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan) e o gasoduto BTE (Bakou-Tbilissi-Erzurum), capazes de transportar óleo e gás do Azerbaijão, percorrendo o território da Geórgia e terminando na Turquia, escoando o

⁹

Grandes reservas de petróleo e gás natural; proximidade com os territórios do Afeganistão, do Irã, da Rússia e da China; região que viabiliza a ligação terrestre entre a Europa e a Ásia (“A Rota da Seda” de Marco Pólo), inclusive por uma rede de oleodutos.

¹⁰

GENTÉ, Régis. A grande disputa pela Ásia Central. In: Le Monde Diplomatique. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-07,a1606>. Acesso: 27 de novembro de 2008.

produto para o ocidente por cerca de 1600 quilômetros, sem passar por terras russas. O BTC e o BTE representam uma vitória ocidental em matéria de contenção da Rússia e de apoio à independência das repúblicas do Cáucaso e Ásia Central. Tais oleodutos oferecem aos Estados Unidos e à Europa a possibilidade de lançar outros projetos para diversificar suas fontes de abastecimento e incluir em seu círculo político os novos Estados independentes da região.



Figura: www.veja.com.br

Os norte-americanos têm apoiado projetos bilaterais, buscando a construção de novos oleodutos e gasodutos que liguem o ocidente aos países produtores da Ásia Central. Esses novos empreendimentos, a médio e longo prazo tornariam o mundo ocidental menos dependente de Moscou (a Rússia é grande exportadora de petróleo para a Europa). Um dos principais projetos é o TAPI (Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia), onde a união destes países, por um gasoduto, além de reduzir a influência russa e chinesa na região, isolaria o Irã (GENTÉ, 2009).

Além dos investimentos, os EUA têm mantido presença militar em quase todos os países da Ásia Central. Sempre com a justificativa de combater o extremismo talibã.

A Rússia, ainda tentando recuperar sua hegemonia perdida após a queda da URSS, também usa o artifício dos organismos regionais para impor sua presença na região, em particular pela Comunidade dos Estados Independentes (CEI), pela Comunidade de Economia Eurasiática (CEEa ou EURASEC), ou pela própria SCO, que integra junto com a China.

Somando à presença nos organismos citados, a Rússia vem ampliando suas bases militares nos países da Ásia Central. Não resta dúvida que a proximidade física da Rússia junto aos países da Ásia Central, o relativo afastamento das demais potências, e o temor do exército russo são fatores que naturalmente “motivam” os países centro-asiáticos a não se aventurarem para fora da zona de influência russa.

A China busca garantir seu acesso à região por meio de organismos regionais, principalmente a Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), equilibrando a influência russa e norte-americana. Ao contrário do que ocorria no século XX, a influência chinesa sobre a Ásia Central está aumentando, causando alarme em Moscou e Washington. Comerciantes chineses são cada vez mais vistos nos países da região e uma nova estrada foi construída para ligar o Tadjiquistão à Xinjiang (na região noroeste da China). Também aumentou o interesse pela compra de petróleo cazaque e turcomano, para satisfazer às necessidades de energia da próspera economia chinesa. Oleodutos e gasodutos estão em funcionamento, em construção ou planejados, visando levar petróleo e gás da região do Cáspio para a província chinesa do Xinjiang.

Com a crescente influência chinesa, um novo temor tem atingido os países centro-asiáticos com maior território, principalmente o Cazaquistão: uma possível expansão territorial chinesa, pois embora o Cazaquistão seja um vasto país, seus 14 milhões de habitantes são apenas 1% dos 1,4 bilhões da China.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História: História Geral e História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

BULORD, Martine. A Índia em busca do poderio perdido. In: Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-01,a1483>>. Acesso em: 27 nov 2008.

DORNELLES JR., Arthur Coelho. A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos – Taiwan – China (1991-2004). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10768/000598795.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 nov 2008.

GENTÉ, Régis. A grande disputa pela Ásia Central. In: Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-07,a1606>>. Acesso em: 18 out 2009.

KENNEDY, Paul. O Dilema Japonês. In: _____. Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. p. 436-446.

LA GORCE, Paul-Marie. Sudoeste Asiático na mira dos EUA. In: Le Monde Diplomatique. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2002-12,a501>>. Acesso em: 27 nov 2008.

PINTO, Paulo Antonio Pereira. China e Índia: emergência e impacto cultural. In: Revista Brasileira de Política Internacional. V. 50, n. 1. Brasília: jun. 2007. p. 86-101. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n1/a05v50n1.pdf>>. Acesso: 27 nov 2008.

RASHID, Armed. Jihad. A ascensão do islamismo militante na Ásia Central. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 323p.